

Ex-presidente da CUT, Marinho quer usar CLT na Dataprev

Carolina Brígido

● BRASÍLIA. O ministro da Previdência, Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, pretende estender a outras áreas de sua pasta o novo modelo de gestão pública proposto pelo governo. A decisão do Executivo é de adaptar setores da administração pública ao sistema de fundação pública de direito privado. Assim, os servidores

poderiam ser contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que exclui a estabilidade no emprego, mas cria condições para se pagar salários compatíveis com os de mercado.

Marinho afirmou que a Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social) já está preparada para se adaptar ao novo sistema e que estuda a inclusão de ou-

tras áreas de sua pasta, como a de previdência complementar.

— A Dataprev já tem regras que se encaixam nesse novo modelo. Estamos analisando a possibilidade de outras áreas do Ministério da Previdência sejam administradas nesse modelo. É uma questão a ser pensada — disse Marinho, que também já comandou o Ministério do Trabalho no governo Lula.

Semana passada, o governo propôs ao Congresso um projeto de lei incluindo no modelo nove áreas da administração federal.

Ontem, a Força Sindical divulgou nota em que critica a iniciativa do governo. Segundo a entidade, a adoção da CLT no serviço público “não garantirá melhorias nas condições de trabalho, nos salários e na eficiência na prestação de servi-

ços à população”. Segundo a entidade, a culpa pela má prestação de serviço nas áreas sociais não pode ser debitada ao funcionalismo público ou ao regime de contratação vigente. Para a Força, a situação se deve ao pouco investimento em políticas sociais.

Em sua nota, a entidade considera superficial a medida defendida pelo governo e levanta a bandeira de uma ampla refor-

ma administrativa, “capaz de dotar o país de um serviço público moderno, eficiente, bem remunerado, qualificado e comprometido com a necessária superação do quadro de iniquidade social imperante”. O texto é assinado pelo secretário-geral da Força Sindical e vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, João Carlos Gonçalves, conhecido como Juruna. ■

Temporão: 'Não tem privatização'

Ministro reage a críticas e reconhece que projeto precisa ser debatido

Tatiana Farah

• **DIADEMA (SP).** O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse ontem em Diadema, no ABC paulista, que as críticas ao projeto do governo que permite a contratação de funcionários públicos pela CLT partem de pessoas desinformadas:

— Não tem nada de privatização. Isso é uma retórica vazia, ideológica. Toda novidade traz insegurança, traz dúvidas. Mas grande parte das declarações está pautada pelo desconhecimento do projeto — disse.

Temporão, contudo, concordou com as reclamações sobre a falta de debate para esclarecer a proposta do novo modelo de gestão. Segundo ele, quando o projeto for concluído, será debatido com profissionais de saúde e entidades da sociedade.

O alvo das críticas de Temporão é a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). As duas entidades divulgaram notas atacando o projeto de lei do governo que permite a criação de fundações estatais que, no caso da pasta de Temporão, servirão como gestoras das instituições de saúde.

Segundo as duas entidades, o governo estaria se eximindo da responsabilidade de gerir a saúde para passar essa função a uma instituição de direito privado — no caso, uma fundação.

— O profissional de saúde é prisioneiro de um modelo que se desenvolveu nos últimos 30 anos que o impede de exercer adequadamente as suas funções — disse o ministro, referindo-se ao funcionário público.

Ministro nega que reforma vá gerar um "novo SUS"

O ministro afirmou que a fundação estatal é uma espécie de reforma da gestão de saúde, mas negou que seja o "novo SUS".

— O que foi enviado ao Congresso é a regulamentação do artigo da Constituição que permitirá, no futuro, criar as fundações. Não foi proposta de fundação. Essa é uma segunda etapa. O Conselho Nacional de Saúde disse: "Não conheço a proposta e não gosto". ■

► NO O GLOBO ONLINE:

O que você acha da contratação de servidores pela CLT?

www.oglobo.com.br/pais

É incoerente, diz FH

Ex-presidente lembra que PT era contra

• **SÃO PAULO.** O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que o projeto do governo Lula que permite a contratação de funcionários públicos pela CLT é incoerente porque o PT foi contra iniciativa semelhante na reforma administrativa, proposta em seu governo. A medida, segundo ele, pode significar que o PT quer evitar um mea-culpa.

— Acho incoerente. Se opuseram à reforma que eu tinha mandado, que não era tão forte, era simplesmente para permitir que houvesse mecanismos de dispensa de funcionários quando não estivessem prestando serviços à coletividade. E o PT se opôs. Em todo caso, acho que eles, uma vez no governo, perceberam que algumas coisas precisam ser mudadas. Não sei se essa é a melhor fórmula. Talvez eles tenham proposto isso para evitar fazer um mea-culpa e dizer: "Ah, devíamos ter aprovado uma reforma mais global do funcionalismo. Então, fomos por um atalho" — afirmou Fernando Henrique.

Segundo Fernando Henrique, o projeto poderá criar distorções no funcionalismo, com dois tipos de servidor:

— Não li com atenção mas, aparentemente, se criam duas categorias de funcionários, sendo que uns talvez ganhem mais que os outros. Aí vai ser uma complicação grande. Mas isso mostra que o Brasil precisa de mais reforma. Pelo menos é um bom sinal.